

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**REQUERIMENTO Nº de 2011.
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

Requer a realização de Mesa Redonda, no Estado do Pará, para discutir com representantes de entidades governamentais e com a representação regional norte do Ministério da Cultura a respeito do Programa nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, que atualiza a Lei Rouanet, bem como para discutir o Custo Amazônico.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, *caput* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Mesa Redonda, no Estado do Pará, com a presença de representantes de entidades governamentais e com a representação regional norte do Ministério da Cultura a respeito do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, que atualiza a Lei Rouanet, bem como para discutir o Custo Amazônico.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 26 de agosto, a representação regional norte do Ministério da Cultura em parceria com a Fundação Tancredo Neves reuniu em Belém produtores culturais, artistas e parlamentares em torno da discussão sobre o Projeto de Lei nº 6722/2010, atualmente em tramitação na Câmara dos

Deputados que, se aprovado, instituirá o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura - uma nova política cultural para o Brasil.

O programa tem a proposta de atualizar a Lei Rouanet de fomento à cultura, em vigor desde 1991. Ao longo dessas duas décadas de existência, a lei já recebeu diversas críticas, sobretudo, por não ter melhorado o acesso à cultura no Brasil.

O chefe da representação do Ministério da Cultura na região Norte, Delson Cruz, apresentou os quatro pilares do Procultura, que são captação; comunicação; integração e financiamento. Também foram mostrados indicadores culturais de pesquisa realizada em 2007 no Brasil. Os dados refletem a ineficiência da Lei Rouanet, já que cerca de 92% dos brasileiros nunca foram em um museu e somente 14% vão ao cinema, de acordo com a pesquisa.

De acordo com documentos do Governo Federal, quase 60% dos financiamentos são direcionados para a região Sudeste, demonstrando a desigualdade de tratamento com relação às demais regiões, em especial a Região Norte.

Apesar de ser uma proposta muito interessante do Ministério da Cultura e que está sendo aperfeiçoada por mais três sugestões no Congresso Nacional, nenhuma delas diz respeito aos interesses amazônicos. De 1 bilhão de reais destinados à Lei Rouanet, só 0,4% foram para os estados da Amazônia, enquanto que 67% para o estado de São Paulo. Ou seja, é uma distorção brutal, criminosa.

Apesar disso, a Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC não aprovou o estabelecimento de diferentes percentuais de investimento para as regiões do Brasil, o que levantou uma discussão no encontro sobre o Custo Amazônia. Essa questão, que recebeu apoio de grupos artísticos populares do Pará durante a última Conferência Nacional de Cultura, trata justamente dos custos que as peculiaridades da região geram: as grandes distâncias, a

dificuldade de acesso, indicadores socioeconômicos diversos, entre outros fatores.

Cabe indagar como um investimento dado para um projeto de uma grande produtora audiovisual que vai filmar em São Paulo servirá para um projeto que vai para o interior do Estado do Pará, diante das singularidades da região: muitas horas de barco, outras necessidades técnicas, outras soluções.

Essa situação não é vivida somente na área de cultura, mas em outras questões estruturais, passando pelo saneamento até a saúde. Os investimentos são baseados geralmente no percentual *per capita*, mas na Amazônia a população é muito dispersa. O custo para sair de Altamira em direção a Castelo Grande, por exemplo, é muito alto, por conta das grandes distâncias e problemas de logística.

Tendo em vista a relevância do tema para a região Norte do País e a necessidade de se estabelecer um tratamento mais igualitário para todas as regiões, em especial para a Região Norte, a qual deverá contar um custo diferenciado para a atividade de produção cultural na Amazônia, conto com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de setembro de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA